

## A REDE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO

### THE SOCIAL NETWORK IN THE FIGHT AGAINST THE VIOLENCE IN HIGH SCHOOLS

Michelly Rodrigues Esteves<sup>1</sup>

Maria das Graças Carvalho Ferriani<sup>2</sup>

Maria Aparecida Beserra<sup>3</sup>

Diene Monique Carlos<sup>4</sup>

Andressa Janerini Oliveira<sup>5</sup>

Bárbara Cristina Rodarte<sup>6</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi identificar e analisar as redes sociais em torno de escolas de ensino médio para o enfrentamento dos casos de violência nesses espaços. Estudo com abordagem qualitativa, realizado na cidade de Alfenas, Minas Gerais, Brasil, em seis escolas urbanas públicas de ensino médio, com nove supervisores pedagógicos. Dados coletados por meio do Mapa Mínimo da Rede Social Institucional associado à entrevista semiestruturada. Os setores de apoio apontados nos mapas foram: Conselho Tutelar, Promotoria Pública, Guarda Municipal, Prefeitura Municipal, e universidades. A existência de vínculos reduzidos e a fragilidade significativa entre eles ressalta a necessidade de fortalecimento das redes sociais ao redor das instituições escolares.

**Palavras-chave:** Rede Social; Violência Escolar; Adolescente; Saúde.

**Abstract:** This study aimed to identify and analyze the social networks around high schools to face the cases of violence in these spaces. Qualitative approach, in the city of Alfenas, Minas Gerais, Brazil, in six urban public high schools, with nine educational supervisors. Data collected by means of Minimal Map of Corporate Social Network associated with semi-structured interviews. Guardianship Council, Prosecutor, Municipal Guard, City Hall and universities were the supporting sectors shown in the Maps. The reduced bonds and the significant weakness of existing ones highlights the need for strengthening social networks around high schools.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Mestre em Ciências pela EERP-USP, Departamento de Enfermagem Materno-Infantil Saúde Pública (DEMISP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: [misscheelly7@yahoo.com.br](mailto:misscheelly7@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo. Docente Titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil Saúde Pública (DEMISP), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: [caroline@eerp.usp.br](mailto:caroline@eerp.usp.br)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP), Departamento de Enfermagem Materno-Infantil Saúde Pública (DEMISP). Docente de Enfermagem Pediátrica da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco (FENSG/UPE), Santo Amaro, Recife-PE, Brasil. E-mail: [mcidabeserra@ig.com.br](mailto:mcidabeserra@ig.com.br)

<sup>4</sup> Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP), Mestre em Ciências pela EERP-USP, Departamento de Enfermagem Materno-Infantil Saúde Pública (DEMISP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: [diene\\_enf@yahoo.com.br](mailto:diene_enf@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> Bacharel em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: [dressajanerini@hotmail.com](mailto:dressajanerini@hotmail.com)

<sup>6</sup> Bacharel em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: [barbararodarte14@hotmail.com](mailto:barbararodarte14@hotmail.com)

**Keywords:** Social Network; School Violence; Adolescent; Health.

## 1 Introdução

A violência apresenta causas enraizadas no contexto social, cultural e econômico dos indivíduos. As situações de violência, geradas pela interação de fatores biológicos e individuais com fatores familiares e comunitários, podem ser evitadas e ter suas consequências reduzidas por meio de medidas que vão desde ações individuais e comunitárias de pequena escala até políticas nacionais, com iniciativas realizadas pelo poder legislativo (DAHLBERG; KRUG, 2006).

A violência manifesta-se nos mais diversos contextos sociais, incluindo as escolas. Faz-se necessário distinguir os termos “violência na escola”, “violência à escola” e “violência da escola”: a primeira ocorre dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades desenvolvidas pela instituição escolar e por seus funcionários; a segunda corresponde àquela que atinge a instituição escolar, bem como os seus funcionários e alunos; a terceira, simbólica, constitui a violência da própria instituição, ou seja, a maneira como a instituição e os seus agentes tratam os alunos (CHARLOT, 2002). O presente estudo enfocará apenas o fenômeno da “violência na escola”.

A instituição escolar compõe a vida social de seus alunos, tendo em vista que ali se estabelecem contatos com o conhecimento e com uma rede de vínculos pessoais e coletivos que podem reconfigurar as maneiras de compreender o mundo (UDE, 2008). A escola possui a função de proteger seus estudantes contra qualquer violação de seus direitos e de lhes oportunizar condições de pleno desenvolvimento escolar, psicológico, moral e social. Essas responsabilidades não são exclusivas da escola, mas de toda a rede de proteção da qual ela é parte integrante e na qual tem papel preponderante (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

No presente estudo, o conceito de rede social será utilizado para se referir à articulação entre instituições como estratégia organizativa para ajudar os atores e os agentes sociais a potencializarem as suas iniciativas diante de casos de violência nas escolas. A análise de redes sociais assume como premissa que as relações estabelecidas por indivíduos, por atores coletivos, por associações ou por organizações e instituições, constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social (CARLOS, 2011).

As redes sociais definem-se como o compartilhamento de poder, de recursos humanos e de materiais de um conjunto social, formal ou informal, de atores, de grupos e de instituições em um determinado território. Essas redes são tecidos sociais que se articulam em torno de objetivos e de focos de ação comuns em que as decisões são tomadas e os conflitos resolvidos democraticamente, buscando-se consensos mínimos que garantam ações conjuntas (FALEIROS; FALEIROS, 2008). Em função da importância do afeto para a construção e para a manutenção do apoio, o elemento afetivo foi agregado à definição de rede social. A possibilidade de se desenvolver em um ambiente afetivo protege crianças e adolescentes de doenças, de sintomas psicopatológicos, e de sentimentos de desamparo, mesmo diante de situações adversas (HABIGZANG et al., 2006).

Sendo a escola o terceiro local com maior ocorrência de violências, depois da rua e do domicílio (BRASIL, 2013b), torna-se imprescindível que a instituição escolar esteja conectada e articulada a uma rede intersetorial e interorganizacional ampla, constituída por Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Promotoria Pública, Juizado da Infância e da Juventude, Unidades de Saúde, Núcleo de Atendimento Sociofamiliar, Programa Sentinela, Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, dentre outros (UDE, 2008).

Com o propósito de diagnosticar as situações de violência vividas e percebidas por estudantes adolescentes, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em parceria com o Ministério da Saúde, identificou que 5,5% dos escolares adolescentes deixaram de ir à escola porque não se sentiam seguros no seu interior (MALTA et al., 2010). Além disso, muitos alunos não se sentem reconhecidos em seus esforços escolares porque não se identificam com os grupos sociais, culturais, linguísticos, étnicos e com os recursos didáticos trabalhados nas escolas (TORRES, 2010).

Estudos recentes demonstram que um ambiente escolar seguro, acolhedor e inclusivo têm reconhecida influência na prevenção dos diferentes tipos de violência (MACIEL et al., 2010). Para o enfrentamento de situações adversas é fundamental a participação da família, da própria escola e da comunidade como um todo, buscando uma perspectiva inclusiva, interdisciplinar e intersetorial, com vistas à construção da cidadania (SILVA; VALADARES; SOUZA, 2013). Portanto, “se a educação não é a solução para acabar com a violência, sem educação a violência não tem solução, nem a curto nem a longo prazo” (PINO, 2007, p. 782).

Diante da relevância da violência na escola, da frequente dificuldade em diagnosticá-la, e da influência que a mesma exerce sobre a saúde dos indivíduos, incluindo-se alunos e funcionários, as seguintes inquietações motivaram o desenvolvimento do presente estudo: (i) Como estão estruturadas as redes sociais em torno das escolas de ensino médio? (ii) Qual a qualidade dos vínculos que outras instituições estabelecem com essas escolas?

Em busca de respostas para estas questões, o presente estudo tem como objetivos centrais identificar e analisar as redes sociais em torno de escolas de ensino médio para o enfrentamento dos casos de violência nas escolas. Como objetivos secundários, este estudo visa (i) ampliar a discussão sobre a aplicação do conceito de redes sociais e da metodologia de análise de redes sociais no âmbito dos estudos sobre a violência; e (ii) suscitar a reflexão a respeito das políticas públicas existentes e das estratégias para o enfrentamento da violência nas escolas, partindo da premissa de que uma rede organizada pode proporcionar uma releitura do papel da escola nos dias atuais.

## **2 Casuística e Métodos**

### **2.1 Campo de estudo**

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, realizado nas seis escolas estaduais de Ensino Médio existentes na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, Brasil. A escolha por esse campo de estudo se justifica pelo fato de que os adolescentes estão entre os grupos populacionais mais vitimados pela violência na escola.

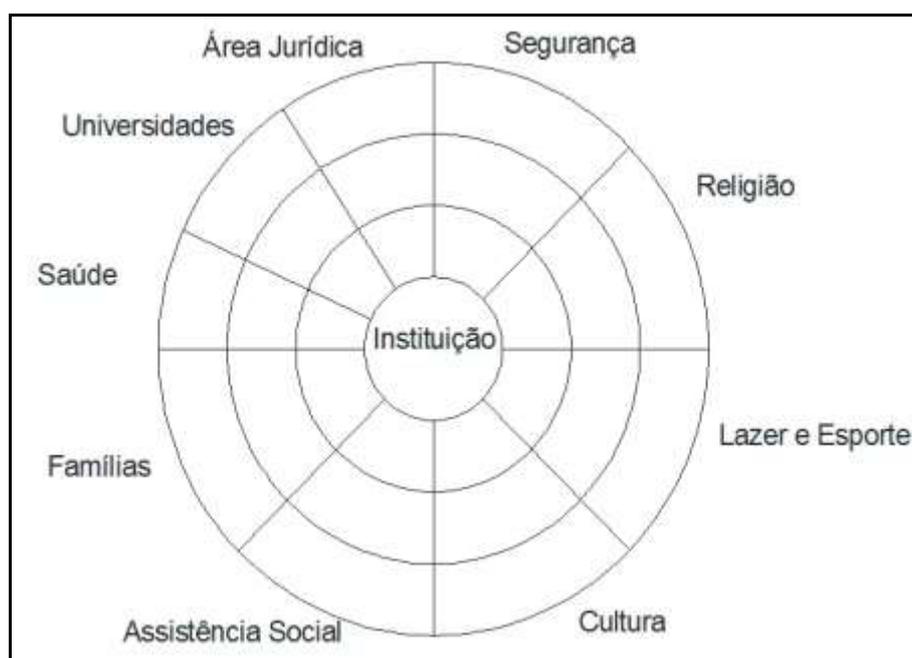
Nos espaços internos dessas seis escolas convivem aproximadamente 4.000 adolescentes matriculados, de diversas classes sociais. Uma das escolas oferece apenas o Ensino Médio, enquanto as demais oferecem os Ensinos Fundamental e Médio. Quatro das seis escolas oferecem também a Educação de Jovens e Adultos, destinada a ministrar os conteúdos dos Ensinos Fundamental e Médio a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não completaram os anos (séries) da educação básica em idade apropriada (BRASIL, 1996).

## 2.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os supervisores pedagógicos das referidas escolas, que desempenham importante papel na coordenação e na articulação do processo de ensino-aprendizagem, além de serem responsáveis por garantir um clima favorável ao desenvolvimento das atividades escolares, e por garantir a necessária e indispensável participação e envolvimento dos pais e da comunidade nas atividades escolares. Neste estudo, foram incluídos nove sujeitos, os quais exerciam a função de supervisor pedagógico na instituição por tempo superior a um ano, considerado mínimo para que o mesmo tivesse conhecimento da realidade vivenciada pela instituição e seus atores.

## 2.3 Coleta e análise de dados

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a entrevista semiestruturada e o Mapa Mínimo da Rede Social Institucional (MMRSI) proposto por Ude (2008) (Figura 1). A associação da entrevista com a construção do MMRSI teve como propósito permitir que os sujeitos discorressem livremente a respeito do MMRSI elaborado, esclarecendo suas dúvidas e as dúvidas dos pesquisadores, complementando informações ou, até mesmo, revendo opiniões.



**Figura 1:** Esquema representativo do Mapa Mínimo da Rede Social Institucional (MMRSI).  
**Fonte:** UDE, 2008, p.56.

Partindo do princípio de que a vida não se torna possível por meio do isolamento dos sistemas vivos, conclui-se que trabalhos fragmentados vulnerabilizam pessoas, instituições e a sociedade como um todo. Dentro dessa lógica, faz-se coerente a atuação com base no paradigma de redes e a sua proposta metodológica de desenvolver mapas que possibilitem intervenções mais pertinentes diante de uma realidade complexa (FELIZARDO JÚNIOR; UDE, 2009).

O MMRSI apresenta círculos concêntricos e quadrantes que representam os diversos setores que compõem a realidade da instituição estudada (UDE, 2008). Para a elaboração do MMRSI, foi solicitado aos supervisores pedagógicos a inclusão, da forma mais ampla possível, das instituições que faziam parte da rede de apoio no contexto das suas respectivas escolas. O nome da escola estudada foi escrito no centro do MMRSI e passou-se à avaliação dos vínculos com outras instituições, classificados como próximos, intermediários e distantes. A qualidade dos vínculos foi sinalizada por meio de linhas com cores diferenciadas: verde para os vínculos significativos, amarelo para os vínculos fragilizados, e vermelho para os vínculos rompidos ou inexistentes.

O MMRSI permite evidenciar a constituição dos vínculos entre a instituição avaliada e os grupos organizados na comunidade, incluindo as instituições governamentais e não-governamentais, com o objetivo de identificar recursos e lacunas, com vistas a integrar, fortalecer e otimizar a rede comunitária existente (UDE, 2008). A análise do MMRSI foi baseada nos seguintes critérios (UDE, 2008):

- *Tamanho*: refere-se à quantidade de vínculos institucionais. Neste quesito, a rede apresentada em cada MMRSI pode ser classificada como reduzida, mediana ou ampliada.
- *Densidade*: refere-se à qualidade dos vínculos observados, representados pelas diferentes cores das linhas no MMRSI. Uma rede com boa densidade é aquela que apresenta maior número de vínculos significativos nos seus quadrantes.
- *Distribuição/composição*: refere-se ao número de instituições situadas em cada quadrante, sendo possível observar as lacunas ou os recursos existentes na rede.
- *Dispersão*: refere-se à distância geográfica entre as instituições, fator que pode dificultar os contatos e os apoios mútuos no cotidiano dos sujeitos.

Após a elaboração do MMRSI, os sujeitos foram entrevistados por meio de questões abertas e fechadas, tendo como questão norteadora: “De que forma setores como saúde, educação, cultura, esportes, serviço social, justiça e política têm

contribuído para a prevenção e para o tratamento da violência nas escolas?”. As entrevistas foram gravadas em formato MP3 e as falas dos sujeitos foram integralmente transcritas para serem analisadas.

## **2.4 Aspectos éticos**

O protocolo deste estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa local, seguindo-se as diretrizes e normas estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013a). Os sujeitos foram esclarecidos quanto aos aspectos relativos ao trabalho, e concordaram em participar do estudo através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados foi iniciada somente após o consentimento dos sujeitos e a autorização formal dos diretores das escolas.

## **3 Resultados e Discussão**

As instituições escolares geralmente não possuem propostas específicas para o enfrentamento da violência que ocorre em seus espaços internos, o que tem levado os profissionais da educação a desenvolver seus trabalhos sem formação adequada nessa área e a agir com base em suas próprias intuições. Consequentemente, as ações resultantes nem sempre são eficazes (GARONI; OLIVEIRA; FERRIANI, 2012; OLIVEIRA, 2009). No presente estudo, ao serem questionados sobre as ações realizadas para o enfrentamento da violência na escola, os supervisores das seis escolas estudadas afirmaram que cada instituição utiliza estratégias próprias para a resolução dos casos detectados. A princípio, os diretores das escolas aplicam advertência verbal ou escrita, comunicam pais ou responsáveis e, quando necessário, em situações que ultrapassam a sua capacidade de atuação, entram em contato com o Conselho Tutelar, com a Guarda Municipal e, até mesmo, com a Promotoria Pública. Um dos sujeitos do reforço que, para não chegar ao extremo de sair dos limites escolares, os supervisores dialogam exaustivamente com os alunos, utilizando técnicas baseadas em conflitos cotidianos, para que os mesmos busquem a mudança dos hábitos tidos como inapropriados. A análise das entrevistas evidenciou que, por mais complexo que seja lidar com a violência nas escolas, estas instituições se esforçam por fazê-la da melhor

forma possível, mas a falta de conhecimento geralmente limita o desenvolvimento de ações mais eficazes para a prevenção e o enfrentamento deste fenômeno.

As dificuldades encontradas, na maioria das vezes, relacionam-se à impossibilidade de propiciar aos alunos experiências e práticas educativas que favoreçam a sua formação ética e moral e reduzam a incidência dos comportamentos indesejados, corroborando estudos da literatura (GARONI; OLIVEIRA; FERRIANI, 2012; OLIVEIRA, 2009). Somado a isso, as deficiências na formação dos profissionais de educação e nas propostas pedagógicas das escolas colaboram para a constituição de profissionais despreparados para lidar com as situações conflituosas do ambiente escolar contemporâneo (ABRAMOVAY, 2003). A conscientização das partes envolvidas por meio de ações conjuntas e com objetivos concordantes, que promovam a melhoria das relações interpessoais e enfatizem a atenção aos valores morais e éticos, como o respeito, a solidariedade, o companheirismo, o diálogo e a cooperação entre os pares, torna-se essencial para minimizar e prevenir o fenômeno da violência escolar (GARONI; OLIVEIRA; FERRIANI, 2012; OLIVEIRA, 2009).

A análise dos MMRSI construídos pelos sujeitos evidenciou que as redes sociais das seis escolas apresentaram características semelhantes. O tamanho das redes sociais foi reduzido, havendo pequeno número de instituições vinculadas às escolas nas ações em parceria para o enfrentamento das situações de violência sofrida ou praticada pelos estudantes. Uma rede reduzida não é satisfatória, tendo em vista que o indivíduo ou a instituição isolada é mais frágil e mais vulnerável (SLUZKI, 1997). Além disso, as redes sociais apresentaram baixa densidade, com o predomínio de vínculos rompidos ou inexistentes, seguido dos vínculos significativos e, posteriormente, dos vínculos fragilizados. Nenhum MMRSI apresentou todos os vínculos significativos. Para o enfrentamento efetivo dos casos de violência, preconiza-se o fortalecimento dos vínculos significativos (UDE, 2008). Quanto à distribuição e à composição, não houve distribuição regular do número de instituições situadas em diferentes quadrantes dos MMRSI, o que demonstra a falta de recursos na rede social e dificulta a geração de fatores de proteção.

No que concerne à dispersão, que se refere à distância geográfica entre as instituições, cada escola localiza-se em pontos distintos da cidade. Contudo, a distância geográfica não tem sido considerada um obstáculo relevante para o estabelecimento de vínculos, pois a sociedade moderna dispõe de meios de comunicação que podem

significar um elo entre a escola e a comunidade, facilitando a interação com a sociedade como um todo (COSTAS; MORAN, 2004).

A segurança das escolas, realizada pela Guarda Municipal, mais especificamente, pela Ronda Escolar, deve favorecer o desenvolvimento humano, abrangendo todos os cidadãos no seu cotidiano: nas vias públicas, no trabalho, na escola, no lazer e no lar. O Estado continua a ser o principal responsável pela segurança pública. No entanto, a partir do momento em que os problemas de segurança aumentam em complexidade, novos atores passam a desempenhar papéis relevantes nesse domínio. Assim, outros setores da sociedade emergem como determinantes do estado de segurança, entre eles destacam-se os Setores Saúde e Educação (LIBERAL et al., 2005).

O Setor Saúde tem um compromisso legal diante da proteção integral de crianças e de adolescentes, executando ações capazes de interferir no ciclo da violência. Em tese, o Setor Saúde deve atuar em conjunto com a rede de proteção mas, na prática, tem pouco conhecimento sobre os fluxos que devem ser assumidos diante de situações de violência (LIMA; DESLANDES, 2011). Os resultados do presente estudo evidenciaram que, apesar de a cidade de Alfenas apresentar um número considerável de serviços de saúde, os mesmos não desenvolvem trabalhos em conjunto com as escolas. Esta falta de cooperação é um fato preocupante, uma vez que ao Setor Saúde compete ajudar as pessoas e as comunidades a viver a sua autonomia, orientando intervenções, incentivando e colaborando com as escolas na prevenção e na redução da violência (MENDES, 2011). Para o êxito na elaboração de estratégias de educação em saúde, é necessário haver forte engajamento dos profissionais de saúde, da comunidade e dos profissionais da educação, como expressão coletiva de suas intenções, alicerçados na realidade na qual se inserem, na perspectiva de atuarem na prevenção e na minimização da violência nas escolas (SANTOS et al., 2011).

Os problemas de aprendizagem frequentemente são tratados por meio de um modelo clínico tradicional, individual e biológico, isentando as responsabilidades do sistema educacional e da sociedade. O conhecimento técnico-científico por si só é insuficiente para que a teoria seja transformada em prática, visto que existem outras questões relacionadas, como a necessidade de uma política transformadora que atinja todos os segmentos sociais para que se estabeleça uma política de saúde (FERRIANI; CANO, 1999).

Além de discutir a questão do desenvolvimento sustentável, é preciso considerar uma sociedade sustentável onde seja promovida uma Cultura de Paz por meio de

valores e de atitudes que reforcem a não-violência (ZOTTIS et al., 2008). As escolas e as universidades exercem função primordial na medida em que representam espaços de embate dos problemas que afetam toda a sociedade, abrindo-se aos debates públicos, aos sentimentos, aos medos e às emoções, aos valores e às políticas que afetam os coletivos, sobretudo os mais vulneráveis e marginalizados, como no caso das violências (ARROYO, 2007). As universidades devem integrar ensino, pesquisa e extensão, observando os problemas da comunidade tais como a pobreza, as desigualdades sociais e a violência, além de criarem modelos, experiências práticas e concretas que sirvam de molde para políticas públicas (ZOTTIS et al., 2008). Nesse sentido, o presente estudo constatou que as universidades existentes na cidade de Alfenas formam profissionais nos mais diversos campos de atuação, e os graduandos têm desenvolvido junto às escolas de Ensino Médio projetos de extensão na área da Enfermagem, da Odontologia, da Biologia, da Química, do Direito, da Agronomia, entre outros.

Quando questionados sobre a assistência social, todos os supervisores pedagógicos entrevistados apontaram em seus MMRSI o Conselho Tutelar que, na cidade de Alfenas, está vinculado à Secretaria de Ação Social. Entretanto, o Conselho Tutelar ocupou posições bem distintas nos MMRSI de diferentes escolas, o que indica que o campo de atuação desta instituição não se encontra fortemente determinado, as suas ações são ocasionais e, geralmente, os alunos voltam a cometer atos de violência. O Conselho Tutelar, conforme aponta o próprio nome, tutela a criança ou o adolescente na falta ou na omissão dos pais e quando estes são os autores da violência (GONÇALVES; SPÓSITO, 2002). Os diretores das seis escolas estudadas recorreram inicialmente aos pais ou aos responsáveis e, em pouquíssimos casos, acionaram o Conselho Tutelar. Conforme evidenciado pelas falas dos sujeitos entrevistados, esta atitude dos diretores foi motivada, em parte, pela sua falta de confiança na atuação do Conselho Tutelar.

Ao rejeitarem a ação dos Conselhos Tutelares, as escolas põem em xeque o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (GONÇALVES; SPÓSITO, 2002). No presente estudo, alguns sujeitos questionaram os artigos do ECA, alegando que o mesmo concedeu muitos direitos às crianças e aos adolescentes, mas se esqueceu de destacar os deveres. Na opinião dos entrevistados, a valorização dos direitos de crianças e adolescentes contribuiu para que tais indivíduos perdessem a noção de limite, achando-se sempre em posição de acusação aos adultos ao seu redor, não apenas nas escolas, como também nas famílias.

Outra queixa frequente dos entrevistados foi a imposição, por parte de órgãos da área jurídica, de que as escolas recebessem alunos que geralmente desencadeiam as violências, sem o devido suporte, orientação e acompanhamento por parte do Conselho Tutelar com o propósito de prevenir a reincidência de casos. Portanto, no formato atual, as ações tomadas tiveram efeito apenas paliativo, não contribuindo para o enfrentamento e a prevenção da violência na escola.

O termo “área jurídica” inclui o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente, o Juizado de Menores, a Defensoria Pública e a Promotoria Pública, ou seja, todas as instâncias judiciárias presentes nas redes sociais (SILVA, 2001). No entanto, o presente estudo constatou somente a atuação da Promotoria Pública, em metade das escolas, e apenas em casos extremos de violência. De modo semelhante ao relatado para o Conselho Tutelar, os sujeitos não reconheceram a efetividade da atuação da Promotoria Pública no combate à violência escolar.

Os promotores são membros do Ministério Público, tendo como uma de suas atribuições a defesa dos interesses que afetam indivíduos, grupos da sociedade e contingentes populacionais relacionados ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, aos idosos e às crianças. Por meio do atendimento ao público, os promotores orientam, informam, fazem encaminhamentos, recebem denúncias e reclamações dos diversos setores da sociedade. Há casos que são levados aos órgãos estatais de assistência judiciária, outros dão origem a investigações e a processos propostos pelo Ministério Público (SILVA, 2001).

Dentre todos os aspectos abordados neste estudo, a importância da instituição familiar foi a citada de forma mais veemente pelos sujeitos, que ora manifestaram satisfação com o apoio familiar, ora referiram a necessidade primordial de os pais serem mais conscientes em relação aos filhos, participando mais ativamente da realidade escolar. Na maioria dos relatos, o vínculo da escola com a família foi reconhecido como fragilizado, devido ao fato de que a maioria das famílias aparecia apenas quando solicitada, sem manifestar interesse pelo rendimento diário dos filhos.

Desde o surgimento da escola como instituição social e sistema de educação formal, suas raízes encontram-se entrelaçadas às da família, numa relação que se constitui de maneira complexa e, por vezes, conflituosa. A relação entre a família e a escola tem-se caracterizado como um fenômeno pouco harmonioso e insatisfatório, na medida em que as expectativas de cada instituição ou de cada ator envolvido não são atendidas e se mostram pouco favoráveis ao crescimento e ao desenvolvimento dos

alunos, os quais se aborrecem com a relação ao invés de tê-la como fonte de apoio e colaboração (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Outro setor da rede social analisado pelo MMRSI foi a religião. A discussão em torno da religião nas escolas envolve o respeito às diversas religiões existentes, sem posicionamentos que indiquem tentativas de conversão dos alunos, o que corresponde ao Estado laico que não apoia nem dificulta a difusão das ideias religiosas nem das ideias que consideram a religião fruto da alienação individual e/ou social. Portanto, respeita, igualmente, os direitos individuais de liberdade de consciência e de crença, de expressão e de culto (CUNHA, 2013). Quando ministrada nas escolas de Ensino Fundamental, a disciplina de religião aborda temas gerais que se referem ao viver em sociedade, a valores éticos e de cidadania. Segundo os sujeitos deste estudo, a disciplina de religião não integra a grade curricular do Ensino Médio. Todos os entrevistados, sem exceção, negaram a participação de grupos religiosos junto às escolas, alegando que não seria permitido discutir o tema religião com os alunos, mesmo que se tratassem de grupos da comunidade.

Por fim, a análise dos MMRSI evidenciou resultados semelhantes para as seis escolas estudadas em relação ao setor de lazer, esporte e cultura, não havendo grupos específicos que desenvolvessem tais atividades nas escolas. Os sujeitos mencionaram o programa “Cidade Escola”, criado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura com o propósito de atender todas as escolas estaduais e municipais. As atividades eram desenvolvidas no contraturno do educando, caminhando para a educação em período integral, acompanhadas de projetos de cunho pedagógico, com foco na leitura, na escrita e em cálculos matemáticos. O investimento em lazer, esporte e cultura faz parte de um “processo civilizatório” cuja principal função é criar oportunidades de sociabilidade e de movimento em uma variedade de formas complexas e controladas, como a dança e a ginástica, além de permitir a formação de identidades e pô-las à prova (GASTALDO, 2008).

#### **4 Conclusão**

Os resultados apresentados demonstram que o MMRSI constitui um importante instrumento de coleta de dados para a compreensão da atuação em rede, representando um avanço para o conhecimento científico. No entanto, o MMRSI apresenta como limitação a impossibilidade de generalizações na análise, uma vez que este instrumento

passou a ser utilizado apenas recentemente e ainda não existem na literatura estudos suficientes que possibilitem a articulação com os achados da presente pesquisa.

A análise dos MMRSI revelou a existência de lacunas e fragilidades nas redes sociais ao redor das instituições escolares. As principais características das redes sociais foram: (i) o tamanho reduzido, com poucas instituições vinculadas às escolas; (ii) a baixa densidade, com o predomínio de vínculos rompidos ou inexistentes, seguido pelos vínculos significativos e fragilizados; (iii) distribuição e composição irregulares de instituições em cada quadrante, dificultando a geração de fatores de proteção; (iv) elevada dispersão, em função da grande distância geográfica entre as instituições – esta característica, por si só, não constituiu empecilho para o estabelecimento de vínculos devido aos modernos meios de comunicação disponíveis atualmente, que permitem a interação das escolas com todos os setores sociais necessários.

A análise das entrevistas semiestruturadas revelou que a violência constitui um fenômeno pouco compreendido pelos profissionais que atuam nas escolas, os quais não se sentem devidamente preparados diante de suas manifestações. Os sujeitos apontaram o Conselho Tutelar, a Promotoria Pública, a Guarda Municipal, a Prefeitura e as universidades como setores de apoio para o enfrentamento da violência nas escolas. A instituição familiar recorre à escola, mas, ao mesmo tempo, a escola busca a atuação da família e das demais instituições citadas, transferindo a elas, muitas vezes, os casos que não precisariam de sua intervenção. Como resultado final, conclui-se que cada setor faz o que está ao seu alcance, dentro do seu conhecimento e de suas possibilidades, sem a certeza de que esteja fazendo o melhor. Portanto, a atuação conjunta e organizada dos diversos setores sociais, onde cada instituição compreende o seu papel, é imprescindível para o efetivo enfrentamento da violência na escola.

A escola nem sempre consegue abrigar e proteger seus alunos, e disseminar o conhecimento entre eles. Em muitas situações, a violência tem início nesse ambiente, sendo necessária a atuação em rede porque a escola sozinha torna-se frágil e não possui as ferramentas adequadas para lidar com esse fenômeno.

Os resultados deste estudo representam um passo inicial para a compreensão das redes sociais em torno de escolas de ensino médio para o enfrentamento dos casos de violência nas escolas. Contudo, diante da complexidade do tema abordado, serão necessários questionamentos adicionais para instigar a busca por novos conhecimentos e alternativas com a finalidade de minimizar, prevenir e enfrentar a violência nas escolas. Qualquer ação que pretenda ser eficaz pressupõe a atuação de todos os

envolvidos no contexto, marcada pela forte interação entre escola, pais, comunidade e alunos. Além disso, a atuação conjunta dos diversos setores mencionados neste trabalho pode promover a proteção das escolas, de seus alunos e profissionais, reduzindo as manifestações de violência.

## Referências

- ABRAMOVAY, M. Escolas inovadoras: um retrato de alternativas. In: DEBARBIEUX, É. et al. (Org.). **Desafios e alternativos: violências nas escolas**. Edição publicada pela Representação da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2003. p. 185-221.
- ARROYO, M. G. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, out. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova novas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, através da revogação das Resoluções CNS nº 196/96, 303/2000 e 404/2008. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 13 jun. 2013a. Seção 1, p. 59-62.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva): 2009, 2010 e 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.
- CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002.
- COSTAS, J. M. M.; MORAN, J. M. A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora. **Contrapontos (UNIVALI)**, Itajaí, v. 4, n. 2, p. 347-356, maio/ago. 2004.
- CUNHA, L. A. O sistema nacional de educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 925-941, jul./set. 2013.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl., p. 1163-1178, 2006.
- FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília: Secad/MEC, 2008.
- FELIZARDO JÚNIOR, L. C.; UDE, W. Enfrentamento à violência, configurações e redes sociais: possibilidades teórico-metodológicas para a realização de intervenções. In: SANTOS, G.L.; FELIZARDO JÚNIOR, L. C.; UDE, W. (Org.). **Escola, violência e redes sociais**. 1.ed. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2009. p. 18-36.

FERRIANI, M. G. C.; CANO, M. A. T. O programa de saúde escolar no município de Ribeirão Preto. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 4, p. 29-38, out. 1999.

GARONI, P. C.; OLIVEIRA, J. E. C.; FERRIANI, M. G. C. Violência escolar e Educação Física. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, v. 17, n. 167, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd167/violencia-escolar-e-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

GASTALDO, É. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 223-231, jul./dez. 2008.

GONÇALVES, L. A. O.; SPÓSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 101-138, mar. 2002.

HABIGZANG, L. F. et al. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2006.

LIBERAL, E. F. et al. Escola segura. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, supl., p. 155-163, 2005.

LIMA, J. S.; DESLANDES, S. F. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 819-832, 2011.

MACIEL, E. L. N. et al. Projeto aprendendo saúde na escola: a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 389-396, jan./mar. 2010.

MALTA, D. C. et al. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. 3053-3063, 2010.

MENDES, C. S. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 581-588, 2011.

OLIVEIRA, J. E. C. **As ações das escolas, através de seus gestores, no processo de enfrentamento da violência escolar**. 2009. 244f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan./mar. 2010.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, out. 2007.

SANTOS, F. P. A. et al. Estratégias de enfrentamento dos dilemas bioéticos gerados pela violência na escola. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 267-281, 2011.

SILVA, C. A. Promotores de justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 127-144, fev. 2001.

SILVA, J. G.; VALADARES, F. C.; SOUZA, E. R. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 17, n. 46, p. 535-547, jul./set. 2013.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

TORRES, J. **O cavalo de Tróia da cultura escolar**. 1.ed. Mangualde: Edições Pedagogo, 2010.

UDE, W. Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e construção de redes sociais produção de indicadores e possibilidades de intervenção. In: CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, M. A. C. (Org.). **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 30-60.

ZOTTIS, G. A. H. et al. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da universidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 33-41, 2008.

**Recebido em:** 24 de janeiro de 2017.

**Aceito em:** 17 de fevereiro de 2017.